



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DConama
SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar - Asa Norte - 70730-542 – Brasília/DF
Tel. (61) 2028-2207/2102 - conama@mma.gov.br

Sumário Executivo da 109ª Reunião Ordinária do Conama

Data: 20 e 21 de março de 2013

Horário: das 09h00 às 18h00

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2, Brasília/DF

1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente

A mesa de abertura foi composta pela Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira, pelo Secretário-Executivo do MMA, Sr. Francisco Gaetani, pela Secretária de Articulação Institucional e Cidadania do MMA, Sra. Samyra Crespo, pela Diretora do Departamento de Apoio ao Conama - DConama, Sra. Adriana Sobral Barbosa Mandarino e pelo Gerente do Dconama, Sr. Robson José Calixto.

A Ministra Izabella Teixeira abriu a reunião e deu posse aos novos Conselheiros do Conama representantes das entidades ambientalistas eleitas para o biênio 2013/2015. Em seguida, foi anunciada a compra pelo Ministério de imagens de satélite de alta resolução espacial, que servirão de apoio para o controle, o monitoramento e o combate ao desmatamento, bem como para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que trata do registro eletrônico de informações ambientais das propriedades e posses rurais brasileiras.

As imagens foram entregues pela Ministra a representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e aos Estados da Federação. A Ministra ressaltou a importância das imagens para a implementação do CAR e solicitou o empenho dos Estados para a sua concretização.

1.1. Lançamento da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente

A Conferência foi lançada pela Ministra de Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira, juntamente com a Secretária de Articulação Institucional e Cidadania do MMA, Sra. Samyra Crespo. Compuseram a mesa de lançamento o Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA), Sr. Hélio Gurgel Cavalcanti, o Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), Sr. Mauro Maciel Buarque, o representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, Sr. Ronei Alves da Silva, o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sr. Wanderley Coelho Baptista, e o assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Raimundo Nonato Soares Lima.

A Sra. Samyra Crespo ressaltou a importância da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), que demonstra o empenho do Governo no sentido de implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Afirmou que, em 10 anos de Conferências, a grande lição aprendida se refere ao fato de que quando não há foco, as deliberações se perdem. Por isso, a 4ª Conferência tem como foco a implementação da PNRS, que é uma política voltada para as cidades. O objetivo principal é trabalhar o engajamento dos cidadãos e dos consumidores para mudar a relação da sociedade com os resíduos por ela produzidos. Ademais, serão discutidas as soluções locais e as boas experiências em curso que auxiliam a implementação desta política pública. O objetivo é que seja uma Conferência massificada, com o envolvimento de toda a sociedade, e não apenas de militantes. Em seguida, a

Secretária repassou os eixos temáticos da Conferência, seus objetivos gerais, sua estrutura de governança, o calendário das etapas municipais, regionais, estaduais e nacional, e informou que o MMA está investindo em materiais de campanha para a sua divulgação. A apresentação da Conferência pode ser acessada [aqui](#).

A Ministra saudou a todos e todas, em especial o representante do Movimento Nacional dos Catadores. Ressaltou a importância política dos catadores para o sucesso da PNRS. Ademais, chamou a atenção dos gestores públicos do Distrito Federal, para que envidem esforços no sentido de acabar com o lixão, pois Brasília deve ser um modelo de sustentabilidade para as outras cidades do país. Afirmou que a luta pelo fortalecimento do caráter deliberativo do Conama tem importância estratégica para as políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Informou que o MMA está reestruturando seus colegiados com o objetivo de fortalecê-los. Além disso, indicou uma agenda futura para o Conselho, dizendo que deve ser priorizada sua pauta de caráter deliberativo, especialmente no que se refere à regulamentação da Lei Complementar nº 140/2011, e aos temas “fauna” e “licenciamento ambiental”. A Ministra também lembrou que a reunião acontece na semana da água e insistiu que deve haver aproximação entre o Conama e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Segundo a Ministra, este ano será de muito trabalho em razão da implementação do CAR e da compatibilização de todos os cadastros estaduais com o sistema nacional, na medida em que o cadastro é um instrumento importante para a integração de políticas públicas ambientais, sociais e econômicas. Por isso, será criada uma comissão no MMA de acompanhamento, integrada por um representante do Conama e por outros atores determinantes para o sucesso da implementação do novo Código Florestal.

Sobre a Lei Complementar nº 140, a Ministra consignou que será necessário debater o licenciamento ambiental; ressaltou o papel da ANAMMA e da ABEMA na formação das Comissões Tripartites estaduais e municipais; e que o Conama deve eleger um membro para compor a Comissão Tripartite Nacional. Endossou a sugestão das entidades ambientalistas para que o Conama debata um tema específico na próxima reunião plenária e endossou o licenciamento ambiental como tema escolhido.

Sobre a realização da 4ª CNMA, afirmou que as deliberações das conferências anteriores foram absorvidas pelas políticas federais. Lembrou que os membros do Conama são delegados natos da Conferência e que o Conselho deve debater os resultados das conferências municipais e estaduais. Um dos objetivos da Conferência é que ela produza insumos para a formulação de uma política nacional de produção e consumo sustentáveis.

A Ministra informou que a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA (SMCQ) está vem apoiando as políticas estaduais de mudanças climáticas, bem como as políticas sobre mitigação de danos. Sugeriu que o Conama se debruce sobre as políticas para o clima. Afirmou ser essa uma prioridade do MMA. Por fim, indicou que o MMA criou uma diretoria para a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros e que o ICMBio está executando programa de repatriação da ararinha azul.

Sobre a proposta do CIPAM, referente à criação de grupo assessor no âmbito do Conama para acompanhar a implementação do novo Código Floresta, o Sr. Luiz Carvalho, assessor da Ministra, esclareceu que o MMA pretende criar comissão de acompanhamento do assunto, com a participação de todos os setores envolvidos, que vão além da composição do Conama, sendo garantida a participação de representante do Conselho nessa Comissão.

O Sr. André Lima (Instituto o Direito por um Planeta Verde) ressaltou a importância de se buscar o máximo de transparência no processo de constituição da comissão e ratificou a importância de que isso seja feito até 25 de maio de 2013, quando a Lei n.º 12.651/2012 completa 1 ano de vigência. Registrou o interesse do Instituto o Direito por um Planeta Verde fazer parte da comissão representando o Conama.

Carlos Bocuhy (PROAM) informou que 3 Ações Diretas de Inconstitucionalidade questionam a Lei n.º 12.651/2012 e sugeriu que a sua regulamentação e implementação não deveriam ser discutidas enquanto a questão permanecesse *sub judice*, conforme indicativo das entidades ambientalistas em reunião do CNEA no dia anterior.

1.2. Informação do Quorum

2. Apresentação de novos conselheiros

No período da tarde do dia 20, a Diretora Adriana Mandarinou apresentou os novos conselheiros dos demais segmentos.

2.1. Posse dos representantes das entidades ambientalistas eleitas para o biênio 2013/2015, conforme art. 14 da Portaria MMA nº 281/2012.

Posse realizada durante a abertura da reunião pela Ministra Izabella.

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da [108ª Reunião Ordinária](#), de 28 e 29 de novembro de 2012

Aprovada a transcrição.

4. Tribuna Livre (15 minutos)

Carlos Bocuhy (PROAM): Reiterou a necessidade do Conama revisar a resolução que trata dos padrões de qualidade do ar. Afirmou que já fez a solicitação formalmente em 2009, porém, o processo tramita muito lentamente no MMA. Segundo ele, os padrões estão com uma defasagem de mais de 20 anos. O Sr. Carlos Bocuhy aproveitou a palavra e saudou o Professor Paulo Jorge Moraes de Figueiredo, da Universidade de Piracicaba, especialista em capacidade de suporte ambiental, e Sr. Marcos Polinano, reconhecido epidemiologista na área de Recursos Hídricos, eleitos pelas entidades ambientalistas da Região Sudeste e que são referência na área de gestão ambiental.

Lisiane Becker (SODEMAP): Pediu a regulamentação do Fundo de Restauração da Mata Atlântica, criado pela Lei nº 11.428 de 2006. Segundo ela, o Fundo é essencial para aplicação da Legislação e implementação de políticas e ações que contribuam para conservação e recuperação do bioma. Solicitou, ainda, a adequação dos mapas usados pelo Ministério do Meio Ambiente, que não considerando o Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. A Sra. Lisiane entregou à mesa uma publicação sobre planos de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica que apresenta o plano de quatro municípios das regiões Sul e Centro-oeste.

Paulo Nogueira-Neto (ADEMASP): Afirmou que a Ministra abriu a possibilidade do Comana criar comissões de alto nível para debater temas ambientais. Reitera a importância do Conselho nesse contexto.

Miguel Scarcelo (SOS AMAZÔNIA): Informou que houve avanço nas conversas com a Secretaria-Executiva em relação ao papel do CIPAM. Parabenizou a iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que lançou edital para assistência técnica e extensão rural nas Reservas Extrativistas. Anunciou que a SOS Amazônia vai realizar trabalho pioneiro de assistência técnica, em parceria com o ICMBio, com 170 famílias do Parque Nacional da Serra do Divisor. Reiterou a importância de ações como essas.

Altamiro Fernandes (IBRACE): Ressaltou importância da aprovação da Emenda Constitucional que reconhece o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Tadeu Santos (SÓCIOS DA NATUREZA): Entregou Ofício nº 011/2013 à Sra. Ministra sugerindo que o Conama apoie o IBAMA, para que essa Autarquia possa atuar com maior agilidade, sem permitir que os danos ambientais que fiquem impunes. Sugeriu, ainda, que o MMA assumira a capacitação de Educação Ambiental nos estados. Criticou as termelétricas, fonte de energia potencialmente poluidora. Parabenizou o MMA pela cerimônia de posse dos conselheiros da sociedade civil.

André Lima (PLANETA VERDE): Lembrou que a Lei de Gerenciamento Costeiro completa 25 anos, devendo haver avaliação da implementação da referida Lei no Brasil. Convidou a todos e solicitou o envio do convite aos conselheiros para a participação de Seminário que ocorrerá no dia 11 de abril para tratar dos 25 anos da Lei. Sugeriu que fosse revista a Constituição Federal e a Agenda Ambiental do país. Por último, cobrou definição sobre a proposta feita ao Cipam para a criação de um Grupo Assessor da Plenária para acompanhar e apoiar a implementação do novo Código Florestal. Considerando a fala da ministra, o Sr. André Lima disse que entendeu que ela pretende criar esse grupo no âmbito do Ministério para incluir diferentes atores, além dos representados pelo Conselho. Pleiteou desde já, uma vaga para o Planeta Verde no referido grupo. Solicitou que o grupo seja criado antes do novo Código Florestal completar 1 ano, no dia 26 de maio.

Francisco Soares (FUNPAR): Desejou sucesso aos novos Conselheiros, conclamando para que todos se envolvam na Conferência Nacional do Meio Ambiente. Apresentou proposta de moção, a ser apreciada na próxima reunião plenária, para que a OAB seja incluída na composição do Conselho na próxima revisão do Regimento Interno do Conama.

Mauro Buarque (ANAMMA): Afirmou que os órgãos que participam do licenciamento ambiental precisam estabelecer prazos compatíveis, tendo em vista a celeridade do processo, prezando sempre a qualidade. Convidou a todos para o Encontro Nacional da ANAMMA, em Aracaju - Sergipe. Ressaltou a importância das discussões do fortalecimento do SISNAMA.

Hélio Gurgel (ABEMA): Ressaltou o importante papel dos órgãos executores no cumprimento das normativas. Criticou as incongruências e intervenções dentro do próprio SISNAMA no que diz respeito às discussões da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Segundo o Sr. Hélio Gurgel, o pacto federativo deve ser respeitado. Ressaltou a força do Conama nessa discussão.

Francisco Gaetani (Secretário Executivo): Esclareceu que a Dra. Letícia Carvalho, do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria (DQMA/MMA) conversou com o Sr. Bocuhy e informou que o processo de revisão da Resolução que trata de padrões da qualidade do ar está na reta final das discussões. Em relação ao questionamento da Sra. Lisiane, sugeriu o diálogo com o Sr. Roberto Cavalcanti (Secretário de Biodiversidade e Florestas). Comentando sobre a fala do Sr. Miguel, sugeriu que seja marcado um Dia de Trabalho entre as Plenárias para discutir diferentes temas pendentes. De acordo com ele, todos serão comunicados, lembrando que a composição dos grupos pode variar de acordo com os temas. Sugeriu que o primeiro dia fosse sobre Licenciamento e propôs a inclusão do tema "marco regulatório do patrimônio genético". Quanto à fala do Sr. André Lima, o Sr. Gaetani reafirmou que a intenção da Ministra é realizar o debate sobre o Código Florestal, levando o Conama às diferentes esferas no lugar de trazer as discussões para dentro do Conselho. Enfim, dirigiu-se ao Sr. Hélio Gurgel e comentou que em caso de competência concorrente, como é o

caso do federalismo brasileiro há situações que o governo federal é provocado pelo Ministério Público. Disse entender que a regulamentação da LC 40 é um espaço para o processamento desses conflitos. Solicitou que aqueles que tiverem interesse em participar do Dia de Trabalho, que lhe enviem correspondência eletrônica, com cópia para a Diretora do DConama.

5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do Conama

5.1. Balanço do [DCONAMA – Ano 2012](#)

A Diretora Adriana Mandarinó apresentou o Relatório das Atividades do Conama no ano de 2012, enfatizando que é um retrato da produção do Conselho naquele ano, bem como do esforço do DConama no apoio à realização dessas atividades.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência

O representante do MDA, Sr. Marco Aurélio Pavarino, apresentou requerimento de urgência para a tramitação da proposta de resolução sobre licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária. O requerimento foi aprovado.

O Sr. Carlos Bocuhy (PROAM) apresentou proposta de revisão da Resolução 432/2011 (Fase M4 do PROMOT) e requerimento de regime de urgência para sua tramitação. O requerimento foi aprovado.

7. Ordem do Dia

RESOLUÇÕES

7.1. Processo nº [02000.002732/2009-14](#) - Proposta de Resolução que disciplina a concessão do termo de guarda de animais apreendidos, resgatados ou oriundos de entrega espontânea e dá outras providências.

Interessado: Mira-Serra.

Procedência: 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos - CTAJ. Data: 04 e 05/03/13.

Tramitação: Aprovado o texto base pela 20ª Câmara Técnica de Biodiversidade - CTBio, em 08 e 09/11/11. Recebeu pedido de vista na 1ª CTAJ (15 e 16/02/12). A 2ª CTAJ (10 e 11/05/12) devolveu a proposta à CTBio pelas razões expostas no pedido de vista do IBAMA. CNCG e IBAMA produziram nova versão, discutida em 4 reuniões subsequentes. Texto aprovado com emendas na 5ª CTBio (28 e 29/01/13) e encaminhado à 5ª CTAJ (19 e 20/02/13), que finalizou a apreciação da minuta em sua 1ª Reunião Extraordinária.

Pedido de vista realizado por MMA, IBAMA, CNCG, FNP e PROAM.

7.2. Processo nº [02000.000498/2013-69](#) - Proposta de Revisão da Resolução CONAMA n.º 432/2011, que criou a fase M4 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Ciclomotores, Motociclos e Veículos Similares – PROMOT, a fim de alterar a Tabela I do Anexo I.

Interessado: IBAMA.

Procedência: 109ª Reunião Ordinária do CONAMA.

Tramitação: Conforme resultado da 5ª Reunião da CTAJ (19 e 20/02/13), foi reconhecido erro material na Tabela I do anexo do texto da minuta (hoje Resolução nº 432/11), quando da sua

apreciação. A Câmara entendeu não possuir competência para republicar ou revisar a mencionada Resolução, sendo essa exclusiva do Plenário do CONAMA. Em face do referido erro e ante a excepcionalidade da questão, a CTAJ entendeu ser juridicamente adequada a formulação de pedido de revisão pelos legitimados, nos termos do §3º, do art. 18, combinado com o §10, art. 12 do Regimento Interno, para apreciação direta pelo Plenário.

Proposta aprovada sem emendas.

8. Informes

8.1. Informe do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente sobre as Metas de Aichi e o Protocolo de Nagoya.

O Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto (Ministério das Relações Exteriores) fez um histórico sobre as negociações referentes às metas e ao Protocolo de Nagoya, que trata de acesso e repartição de benefícios derivados de recursos genéticos e foi firmado no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica (CDB). As metas integram o plano estratégico da CDB para ser cumprido até 2020. A apresentação na íntegra pode ser vista [aqui](#).

O Sr. Roberto Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, afirmou que a implementação da CDB é prioritária para o Poder Executivo, que tem o objetivo de estabelecer um plano nacional para o cumprimento das Metas de Aichi. A apresentação na íntegra pode ser vista [aqui](#).

8.2. Informe do Ministério do Meio Ambiente e do Estado do Paraná sobre o licenciamento e o gerenciamento de áreas contaminadas.

A Sra. Letícia Reis de Carvalho, do Departamento de Qualidade Ambiental (MMA) informou que o Ministério realiza inventários e planos de ação para a implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), como a capacitação de servidores de órgãos estaduais de meio ambiente para a gestão dessas substâncias.

A Sra. Zilda Veloso, Diretora de Ambiente Urbano do MMA, complementou o informe lembrando a Resolução nº 420, de 28 de dezembro de 2009, que trouxe valores indicadores de qualidade do solo e colocou para os Estados a obrigação de que delimitem também os valores indicadores e implementem a Resolução.

Luiz Tarcísio, Presidente do Instituto Ambiental (IAP) do Paraná, apresentou a forma de gerenciamento das áreas contaminadas, bem como o procedimento de licenciamento ambiental dos empreendimentos hidrelétricos do Paraná. A apresentação na íntegra pode ser vista [aqui](#).

8.3. Informe do Estado do Paraná sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos naquele Estado, envolvendo aspectos quanto às populações atingidas por barragens e os conflitos indígenas.

O Presidente do IAP, além da apresentação acima mencionada, reforçou que a sociedade é informada e ouvida em todo processo. A apresentação na íntegra pode ser vista [aqui](#).

8.4 Informe do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama sobre a regulamentação do novo Código Florestal.

O Sr. Paulo Guilherme Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural (SEDR/MMA) falou sobre a fase em que está a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A apresentação na íntegra pode ser vista [aqui](#).

O Sr. José Mauro de Almeida, Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente, informou que a Procuradoria Geral da República ajuizou três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) contra o novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. O Consultor Jurídico esclareceu que como a referida Lei é ato oriundo de um dos poderes do Estado, é a Advocacia Geral da União (AGU) o órgão defensor do Estado, quem tem o dever institucional de defendê-la. Lembrou que o papel do MMA no atual momento é o de conferir suporte à defesa da legislação junto ao Supremo Tribunal Federal. Acrescentou, porém, que a AGU ainda não foi intimada das ações e que por isso, ainda não há defesa elaborada.

8.5. Informe do Ministério do Meio Ambiente sobre o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis - Brasil + 20.

A Sra. Silmara Vieira da Silva, Secretária Substituta da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, informou que o Ministério está buscando a construção de uma política nacional para a sustentabilidade das cidades, que se organiza em 4 eixos:

- Campanha Nacional para a sustentabilidade nas cidades;
- Leitura da realidade ambiental nas cidades brasileiras;
- Capacitação para a gestão sustentável nas cidades e;
- Sistema de Informação.

A apresentação na íntegra pode ser vista [aqui](#).

9. Encerramento

A reunião plenária foi encerrada às 18h50 do dia 20 de março de 2013.